

ATA NÚMERO 15/XIII (1.ª) SL
10 de fevereiro de 2016 – 10h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

2. Aprovação da ata

- Ata da reunião de 02 de fevereiro

3. Comunicações do Presidente

4. Audiência ao Sindicato Nacional do Ensino Superior, para apresentar a necessidade premente de medidas legislativas que resolvam os problemas de precariedade vividos no ensino superior e ciência - 10h00

5. Audiência à Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos – Apendências, para dar conta das suas perspetivas e propostas para o campo da educação e formação de adultos - 11h00

6. [Projeto de lei n.º 59/XIII \(1.ª\), do PCP](#) — Revoga o regime de requalificação docente

- Discussão e votação na especialidade

7. [Projeto de lei n.º 70/XIII \(1.ª\), do BE](#) — Elimina a requalificação de docentes

- Discussão e votação na especialidade

8. [Projeto de resolução n.º 68/XIII \(1.ª\), do BE](#) - Uniformização da aplicação do regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o magistério primário e de educação de infância em 1975 e 1976

- Discussão

9. [Projeto de resolução n.º 102/XIII \(1.ª\), do BE](#) — Publicação de despacho que regule a certificação de competências avançadas em tecnologias da informação e comunicação (TIC) na educação

- Discussão

10. [\[COM\(2015\)634\]](#) e documentos de trabalho associados - Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho sobre certos aspetos relativos aos contratos de fornecimento de conteúdos digitais

- **Apreciação e votação do relatório**
- **Deputado Relator** – Laura Magalhães (PSD)

11. [\[COM\(2015\) 635\]](#) e documentos de trabalho associados - Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a certos aspetos que dizem respeito a contratos de vendas em linha de bens e outras vendas à distância de bens

- **Apreciação e votação do relatório**
- **Deputado Relator** – André Pinotes (PS)

12. **Plano de Atividades para a 1.ª Sessão Legislativa do Grupo de Trabalho de Educação Especial**

- **Apreciação e votação**

13. Proposta de redação final com texto de fusão de

[Projeto de resolução n.º 947/XIII \(1.ª\)](#) - Alunos do ensino artístico prejudicados no acesso ao ensino superior sem justificação pedagógica ou curricular

[Projeto de resolução n.º 107/XIII \(1.ª\)](#) - Pela valorização da avaliação contínua no processo pedagógico e no regime de acesso ao ensino superior, pela não discriminação dos alunos do ensino artístico especializado

[Projeto de resolução n.º 112/XIII \(1.ª\)](#) - Recomenda ao Governo que avalie o modelo de acesso ao ensino superior pelos alunos do ensino artístico especializado, de forma a garantir a igualdade de oportunidades a todos os alunos

- **Apreciação**

14. [Petição n.º 48/XIII \(1.ª\)](#) — Solicita correção de classificação de concurso escolar

- Apreciação da Nota de Admissibilidade
- Deputado Relator - A indicar pelo CDS-PP

15. Outros assuntos

16. Data da próxima reunião

- Dia 16 de fevereiro de 2016 – 15h00

1. Aprovação da proposta de Ordem do Dia

A proposta de Ordem do Dia foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

2. Aprovação da ata

A ata da reunião de 2 de fevereiro foi aprovada por unanimidade dos Deputados presentes dos Grupos Parlamentares do PSD, PS, BE, CDS-PP e PCP.

3. Comunicações do Presidente

3.1. Baixa de iniciativas

O Presidente deu conta à Comissão que tinha baixado à Comissão a [proposta de lei n.º 11/XIII \(1.ª\) — Aprova as Grandes Opções do Plano para 2016](#) —, tendo o Grupo Parlamentar do BE informado que seria a Deputada Joana Mortágua (BE) a relatora do parecer, a ser apreciado na reunião da Comissão do dia 16 de fevereiro de 2016.

Informou que também tinha dado entrada a [proposta de lei n.º 12/XIII \(1.ª\) — Aprova o Orçamento do Estado para 2016](#), indicando o Grupo Parlamentar do CDS-PP a Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) para relatora do parecer, a ser apreciado também na reunião da Comissão do dia 16 de fevereiro de 2016.

O Senhor Presidente deu igualmente conta que as audições em Comissão, no âmbito do Orçamento do Estado para 2016, com o Ministro da Ciência, Tecnologia e Ensino Superior e o Ministro da Educação teriam lugar no dia 29 de fevereiro, respetivamente às 10 e às 15 horas.

3.2. Regulamentação das leis

A pedido de todos os Grupos Parlamentares, a apreciação deste ponto ficou adiada para a próxima reunião da Comissão.

3.3. Pedidos de audiência

Tendo a Comissão decidido que as duas audiências solicitadas, respetivamente, pela Federação das Associações de Pais e Encarregados de Educação do concelho de Sintra e pelos Promotores do Projeto *Book in Loop* se efetuariam por um Deputado-piloto, os Grupos Parlamentares do PSD e do PS comunicaram que indicariam oportunamente o seu nome.

3.4. Relatórios de audiências

Colocados à consideração da Comissão, não foram propostas quaisquer alterações aos relatórios das audiências a Filipa Carreira Barbosa e à Escola Secundária D. Manuel Martins, tendo sido ambos aprovados.

4. Audiência ao Sindicato Nacional do Ensino Superior (SNESup), para apresentar a necessidade premente de medidas legislativas que resolvam os problemas de precariedade vividos no ensino superior e ciência - 10h00

O Senhor Presidente da Comissão deu as boas vindas aos representantes do Sindicato Nacional do Ensino Superior, que agradeceram a concessão da audiência, passando de seguida a debruçar-se sobre um dos grandes problemas que afeta o setor, a precariedade vivida no ensino superior e ciência e a necessidade de adoção de medidas legislativas para o resolver.

Transmitiram o agrado do Sindicato em relação à forma como o Grupo Parlamentar do BE soube trazer este assunto para «fora da gaveta», conseguindo com essa sua atitude

recuperar uma iniciativa analisada na AR no dia 29 de maio de 2015 e que mereceu o acordo dos docentes e investigadores.

Registaram também o facto de os Grupos Parlamentares terem retomado as propostas então apresentadas, designadamente o PCP, estranhando a atitude do Grupo Parlamentar do PS incorporando o Conselho Coordenador dos Institutos Superiores Politécnicos (CCISP) e o Conselho de Reitores das Universidades Portuguesas (CRUP) porque só muito dificilmente se conseguirá ter «a raposa a guardar o galinheiro».

Adiantaram igualmente que se vivem momentos conturbados no ensino superior e na investigação resultantes da precaridade existente, que Portugal tem um grande número de pessoas a trabalhar em ciência, a produzir excelentes resultados, a liderar projetos de investigação e a publicar artigos científicos mas que não têm lugar no sistema e que vivem de bolsas e mais bolsas. Daí tornar-se urgente resolver de uma vez por todas este problema porque a produção de ciência topo de gama não é compaginável com precaridade.

Sublinharam também o dramático envelhecimento dos docentes das universidades, dos politécnicos e dos investigadores dos laboratórios do Estado e a utilização abusiva da figura do docente convidado para suprir necessidades permanentes das instituições, que não têm voz dentro das instituições, vivendo de contratos anuais sem saber o que lhes vai acontecer no ano seguinte, podendo ser facilmente manipulados e levados a aceitar quaisquer cargas horárias e qualquer tipo de trabalho.

A Senhora Deputada Nilza de Sena (PSD) sublinhou a necessidade de dar melhores condições aos docentes e às instituições que os acolhem. Defende a generalização do acesso ao ensino superior, que permitiria a entrada de mais alunos, a adaptação das universidades e politécnicos às novas exigências do mercado, às novas tecnologias, à inovação e à oferta formativa e a contratação de profissionais para suprir todas essas necessidades.

Disse ser notória a necessidade de, quer no politécnico quer nas universidades, rejuvenescer o corpo docente e que as instituições de ensino superior não podem deixar de assumir a sua autonomia quando se trata de matéria contratual, devendo ter a abertura necessária para suprir essas necessidades de renovação.

O Senhor Deputado Porfírio Silva (PS) frisou que só era possível resolver os problemas resultantes da própria expansão do ensino superior em Portugal no quadro de uma perspetiva crescente e contínua da necessidade de aumento das qualificações a nível do ensino superior; que o Grupo Parlamentar do PS entende que não é fácil resolver o problema, mas que é no quadro do reforço do sistema e da amplificação da qualificação que ele deve ser resolvido e daí a figura da «raposa dentro do galinheiro» lhe parecer particularmente infeliz.

Adiantou também que o Governo está a tentar encontrar uma solução de uma forma estruturada com a expansão do investimento em qualificação e dando atenção ao facto de não serem os trabalhadores precários os que podem dar o melhor contributo para o engrandecimento das qualificações dos portugueses.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) defendeu a necessidade de adoção de soluções a médio prazo para que se possa resolver o problema da precaridade com que hoje a classe docente e os investigadores das instituições de ensino superior se defronta.

Relativamente aos docentes convidados, o Grupo Parlamentar do BE defende que as instituições de ensino superior que todos os anos, todos os semestres contratam o mesmo professor para uma disciplina que faz parte do seu plano curricular devem celebrar contratos de trabalho.

Quanto ao regime transitório e ao modelo fundacional, apesar de as instituições terem autonomia, defende que o Estado não pode deixar de assumir as suas responsabilidades contratuais para com a classe docente.

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) disse que a posição do Grupo Parlamentar do CDS-PP quanto ao regime transitório era bem conhecida e que defendia exatamente o que constava da [Resolução da Assembleia da República](#) — Recomenda ao Governo a tomada de medidas relacionadas com a aplicação das disposições transitórias do Estatuto da Carreira do Pessoal Docente do Ensino Superior Politécnico —, aprovada no final da legislatura passada, que mereceu os votos a favor dos Grupos Parlamentares do PSD, CDS-PP e PS e a abstenção dos Grupos Parlamentares do PCP, BE e Os Verdes.

Referiu igualmente que o Grupo Parlamentar do CDS-PP ainda não tinha tido tempo para fazer uma análise detalhada do Orçamento do Estado para 2016 nas áreas do ensino superior e ciência, mas que as instituições podiam através de orçamentos próprios proceder à necessária contratação de docentes, embora sempre com limites. Como os cortes vão ser agora repostos, perguntou também qual seria a margem efetiva para essa contratação e para o necessário rejuvenescimento da classe docente. Questionou o Sindicato sobre se o aumento nominal previsto no Orçamento do Estado, cumpria as necessidades de funcionamento regular das instituições.

O Senhor Deputado Miguel Tiago (PCP) sublinhou que o Grupo Parlamentar do PCP sempre defendeu que os professores com o grau de «Doutor» e anos de serviço suficientes deviam passar a integrar automaticamente o quadro das respetivas instituições e que a estabilização do vínculo, em simultâneo com uma alteração da política de financiamento das instituições de ensino superior, era essencial para aumentar o rendimento e o potencial científico e tecnológico do País.

Concluiu a sua intervenção informando que o Grupo Parlamentar do PCP iria apresentar uma iniciativa legislativa sobre o regime transitório e a revogação do estatuto do bolseiro de investigação científica e a sua substituição por um estatuto de pessoal de investigação científica em formação.

Os representantes do SNESup responderam no fim a todas as questões colocadas.

A gravação da reunião está disponível na [página da Comissão](#).

5. Audiência à Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos – Aprendizagens (APEFA), para dar conta das suas perspetivas e propostas para o campo da educação e formação de adultos - 11h00

Dando início à audiência, o Senhor Presidente deu a palavra ao Presidente da Direção da Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos, Aprendizagens, Armando Loureiro, que fez uma intervenção inicial que pode ser consultada na página da Comissão.

De seguida, usou da palavra o Senhor Deputado Pedro Pimpão (PSD) referindo que, no âmbito do sistema educativo, a formação de adultos era uma das mais temáticas mais relevantes e daí agradecer as pistas dadas pela Associação quanto à melhor forma de se fazer uma intervenção eficaz de forma a se poder responder aos desafios associados à formação de adultos. Nesse sentido, sublinhou ser extremamente positiva a existência de uma interligação entre os representantes da Associação e o Parlamento, mais concretamente com a Comissão de Educação e Ciência.

Questionou a Associação sobre a melhor forma de se estabelecer uma interligação entre a formação de adultos e as indústrias criativas e de se agilizar os Centros para a Qualificação e o Ensino Profissional e os modelos de educação a seguir. Tendo os representantes da Associação feito referência às quatro palavras-chave para definir o novo modelo de formação e educação de adultos - o sistema, a oferta, os recursos humanos e o acompanhamento e monitorização -, perguntou se esta última devia ser feita ao nível do Ministério da Educação ou estabelecendo-se uma interligação com as comunidades locais.

A Senhora Deputada Susana Amador (PS) sublinhou que o Grupo Parlamentar do PS iria retomar a aposta na grande prioridade estratégia que é a educação de adultos através de um programa nacional, havendo, assim, uma inequívoca vontade política de retomar este objetivo. Defendeu ser fundamental acompanhar a diversidade e a assimetria do País e atingir um equilíbrio entre as necessidades individuais e as ofertas educativas e formativas disponíveis.

Havendo meio milhão de portugueses que não sabem ler nem escrever, número preocupante e assustador, registou o papel que as autarquias locais podem desempenhar, em parceria com os formadores, na estratégia a empreender. Perguntou também aos representantes da Associação qual devia ser o perfil do formador e as competências que deve ter para que o sucesso deste programa possa ser atingido.

O Senhor Deputado Luís Monteiro (BE) sublinhou a necessidade de aprofundar a matéria ligada a esta problemática e as falhas sistémicas entretanto ocorridas na área da formação de adultos.

Perguntou que análise fazia a Associação do Orçamento do Estado apresentado quanto a esta matéria em concreto e quais as medidas legislativas mais urgentes a adotar, designadamente para dar mais capacitação aos formadores.

Necessidade de definição de uma estratégia consistente e duradoura do que deve ser a educação para adultos, na medida em que não tem havido até este momento uma política consistente nesta área. O que se pode fazer a nível legislativo para alterar este estado de coisas?»

A Senhora Deputada Ana Rita Bessa (CDS-PP) referiu-se à necessidade de o País apostar na formação de adultos e ao trabalho que foi feito pelo anterior governo no âmbito da sua qualificação, perguntando ainda à Associação como se poderiam compaginar os processos formais e informais de formação de adultos.

Apesar de não ter havido até aqui uma continuidade das políticas, isso não significa que o tema tenha sido abandonado.

A Senhora Deputada Ana Virgínia Pereira (PCP) sublinhou o interesse em alargar a oferta formativa nesta área e perguntou que alterações deveriam ser introduzidas no concurso de recrutamento na área da formação de adultos e como é que deveriam ser recrutados os professores para dar este tipo de formação.

Falou da concordância do Grupo Parlamentar do PCP com a Associação em relação à marginalização da formação e educação de adultos, identificando de seguida uma série de fragilidades, e registou o seu interesse pela necessidade de alfabetização e pelo alargamento do âmbito de oferta educativa.

Os representantes da Associação Portuguesa de Educação e Formação de Adultos, Aprendências, responderam no final às questões colocadas, tendo salientado, designadamente, que na legislatura anterior houve uma formação de adultos mais voltada para a empregabilidade, frequentada por aqueles que se encontravam em idade ativa, tendo para esse efeito sido criada a rede de centros para a qualificação e ensino profissional.

Adiantaram também que esses centros têm muitas fragilidades, designadamente no que toca ao seu financiamento, aos recursos humanos, sem qualquer tipo de experiência, e à renovação permanente de equipas pedagógicas, tornando-se necessário alocar recursos humanos mais ajustados às formações que se pretendem, sendo, para esse efeito, tão só necessário valorizar aspetos como a experiência na educação de adultos ou detenção de cursos específicos.

A audição foi gravada em registo áudio e vídeo, encontrando-se as gravações disponíveis na [página da Comissão na internet](#).

6. [Projeto de lei n.º 59/XIII \(1.ª\), do PCP](#) — Revoga o regime de requalificação docente

A discussão e votação na especialidade foi feita conjuntamente com a do Projeto de Lei n.º 70/XIII, do BE, tendo feito declarações finais os Deputados Pedro Alves (PSD) e Ana Rita Bessa (CDS-PP), justificando as posições dos respetivos Grupos Parlamentares.

O relatório respetivo, o texto final, a proposta de alteração apresentada pelo PS e a gravação da reunião estão disponíveis no projeto de lei.

7. [Projeto de lei n.º 70/XIII \(1.ª\), do BE](#) — Elimina a requalificação de docentes

A discussão e votação na especialidade foi feita conjuntamente com a do Projeto de Lei n.º 59/XIII, do PCP, tendo feito declarações finais os Deputados Pedro Alves (PSD) e Ana Rita Bessa (CDS-PP), justificando as posições dos respetivos Grupos Parlamentares.

O relatório respetivo, o texto final, a proposta de alteração apresentada pelo PS e a gravação da reunião estão disponíveis no projeto de lei.

8. [Projeto de resolução n.º 68/XIII \(1.ª\), do BE](#) - Uniformização da aplicação do regime especial de aposentação para educadores de infância e professores do 1.º ciclo do ensino básico do ensino público em regime de monodocência que concluíram o magistério primário e de educação de infância em 1975 e 1976

A pedido do Grupo Parlamentar do BE, a discussão desta iniciativa ficou adiada para a reunião seguinte da Comissão.

9. [Projeto de resolução n.º 102/XIII \(1.ª\), do BE](#) — Publicação de despacho que regule a certificação de competências avançadas em tecnologias da informação e comunicação (TIC) na educação

A pedido do Grupo Parlamentar do BE, a discussão desta iniciativa ficou adiada para a reunião seguinte da Comissão.

10. [COM\(2015\)634 Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho sobre certos aspetos relativos aos contratos de fornecimento de conteúdos digitais e documentos de trabalho associados](#)

Tendo presente que as iniciativas europeias respeitantes à COM (2015) 634 e COM (2015) 635 iriam ser escrutinadas pela 12.ª Comissão, foi consensualizado que as mesmas não suscitavam questões que implicassem acompanhamento por parte da Comissão de Educação e Ciência, não se enquadrando nas áreas de competências da mesma, pelo que não se justificava a elaboração de parecer por esta.

11. [COM\(2015\)635 Proposta de diretiva do Parlamento Europeu e do Conselho relativa a certos aspetos que dizem respeito a contratos de vendas em linha de bens e outras vendas à distância de bens \[e documentos de trabalho associados](#)

Tendo presente que as iniciativas europeias respeitantes à COM (2015) 634 e COM (2015) 635 iriam ser escrutinadas pela 12.ª Comissão, foi consensualizado que as mesmas não suscitavam questões que implicassem acompanhamento por parte da Comissão de Educação e Ciência, não se enquadrando nas áreas de competências da mesma, pelo que não se justificava a elaboração de parecer por esta.

12. Plano de Atividades para a 1.ª Sessão Legislativa do Grupo de Trabalho de Educação Especial

O Deputado Porfírio Silva (PS) propôs que fosse retirada a menção da realização da conferência “no início de junho de 2016”, devendo a data ser ajustada com a das 2 conferências a organizar pela Comissão.

A Deputada Manuela Tender (PSD), Coordenadora do Grupo de Trabalho da Educação Especial, concordou com a proposta e realçou que a Educação Especial era uma matéria transversal a todos os Grupos Parlamentares e à sociedade.

O Plano de Atividades foi aprovado por unanimidade dos Deputados presentes do PSD, PS, CDS-PP e PCP.

13. Proposta de redação final com texto de fusão de

[Projeto de resolução n.º 947/XIII \(1.ª\)](#) - Alunos do ensino artístico prejudicados no acesso ao ensino superior sem justificação pedagógica ou curricular

[Projeto de resolução n.º 107/XIII \(1.ª\)](#) - Pela valorização da avaliação contínua no processo pedagógico e no regime de acesso ao ensino superior, pela não discriminação dos alunos do ensino artístico especializado

[Projeto de resolução n.º 112/XIII \(1.ª\)](#) - Recomenda ao Governo que avalie o modelo de acesso ao ensino superior pelos alunos do ensino artístico especializado, de forma a garantir a igualdade de oportunidades a todos os alunos

A redação final do texto conjunto dos 3 Projetos de Resolução foi aprovada.

14. [Petição n.º 48/XIII \(1.ª\)](#) — Solicita correção de classificação de concurso escolar

Na sequência da apreciação da nota de admissibilidade, a Petição foi aprovada, tendo sido indicado como relator o Deputado Abel Baptista (CDS-PP).

15. Outros assuntos

Não se registaram outros assuntos.

16. Data da próxima reunião

- Dia 16 de fevereiro de 2016 – 15h00

A reunião foi encerrada às 12:15 horas, dela se tendo lavrado a presente ata, a qual, depois de lida e aprovada, será devidamente assinada.

Palácio de São Bento, 10 de fevereiro de 2016

O PRESIDENTE DA COMISSÃO

(Alexandre Quintanilha)

Ata aprovada na reunião da Comissão de 16 de fevereiro de 2016

Folha de Presenças

Estiveram presentes nesta reunião os seguintes Senhores Deputados:

Abel Baptista
Alexandre Quintanilha
Amadeu Soares Albergaria
Ana Rita Bessa
André Pinotes Batista
Joana Mortágua
João Torres
Laura Monteiro Magalhães
Luís Monteiro
Maria Augusta Santos
Maria Germana Rocha
Maria Manuela Tender
Miguel Tiago
Nilza de Sena
Odete João
Pedro Alves
Pedro Pimpão
Porfírio Silva
Sandra Pontedeira
Susana Amador
Ana Virgínia Pereira
José Cesário

Faltaram os seguintes Senhores Deputados:

Estiveram ausentes em Trabalho Parlamentar os seguintes Senhores Deputados:

Emília Santos
Margarida Mano
Pedro Delgado Alves